

“VOLTA À DITADURA”? RETORNO DA UTOPIA AUTORITÁRIA PRESENTE NAS MEMÓRIAS DE MILITARES E CIVIS DE 1964.

LUCILEIDE COSTA CARDOSO

Profa. Associada III do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da UFBA.

lucileidec@ufba.br

Resumo:

O propósito do artigo é recuperar alguns matizes da memória ressentida de militares e golpistas de 1964, produzidas no formato de livros entre os anos oitenta e noventa do século vinte, como resposta às narrativas elaboradas pelo campo das forças democráticas de esquerda. A intenção é refletir sobre o contexto da batalha da memória no Brasil, momento em que ocorre o fim da hegemonia ou a fragilização das narrativas das vítimas e cresce o desejo de “Intervenção Militar Já”, que contamina determinados grupos sociais crentes de que a solução para a atual crise política e econômica é a escolha de novos agentes autoritários como representantes do poder.

Palavras-Chaves:

Ditadura, Autoritarismo, Memória, Militares e Civis

Abstract:

The aim of this article is to bring back some nuanced memory aspects concerning the resentment of 1964 Brazilian military dictators, displayed in books from the 1980's and 1990's as a response to narratives told by leftist democratic partisans. The intention is to reflect upon a context in which Brazilian memory is object of dispute, the moment at which the victims' narratives are no longer hegemonic or are at least weakened, and at which certain social groups express a wish for military intervention as a means to solve political and economic crisis, thus choosing new authoritarian agents as their rulers.

Keywords:

Dictatorship, Authoritarian regimes, Memory, Military and Civilian groups.

“VOLTA À DITADURA”? RETORNO DA UTOPIA AUTORITÁRIA PRESENTE NAS MEMÓRIAS DE MILITARES E CIVIS DE 1964.

LUCILEIDE COSTA CARDOSO

Profa. Associada III do Departamento e do
Programa de Pós-graduação em História da UFBA.
lucileidec@ufba.br

No cenário político do Brasil atual uma memória saudosa do golpe de estado civil-militar de 1964 e de sua ditadura voltou a assombrar parte da sociedade. Acreditava-se termos vencido a batalha da memória pela hegemonia de uma leitura das “esquerdas”, invocando suas vítimas e denunciando os perpetradores da violência. O último suspiro foram os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade em 2014 e de suas variáveis regionais e locais. De lá para cá, muita coisa mudou, aos poucos nos assustamos com movimentos de direita que se disseminaram pelo país e começaram a pedir “Intervenção Militar Já”. De início, pensamos ser da parte de “espíritos” menos críticos e, por isso, saudosos da época de aparente ordem e desenvolvimento econômico. Contudo, os movimentos de direita se alastraram pelo Brasil e o desejo de “volta à ditadura” marcou o debate político das eleições de 2018. A presença de um candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro, e de seu vice, o General Mourão, denunciaram à guinada para um possível abismo de um regime autoritário, recuperando o legado anticomunista tão característico da nossa República. O propósito desse artigo é demonstrar que a utopia autoritária brasileira é de longa duração e que após 50 anos do golpe de estado civil-militar de 1964, as diversas narrativas construídas por militares e civis golpistas voltaram a eclipsar o presente. Com isso, recuperar parte dessa produção é confirmar a permanente sensação de que o conservadorismo ousa triunfar sob a democracia. Assume outros formatos no momento atual de disputa eleitoral, seja de caráter fascista ou militarista, contudo sua efetivação dependerá do grau de resistência dos setores mais progressistas da sociedade brasileira.

A produção memorialística de autoria de militares e civis golpistas remete ao contexto histórico dos últimos anos de vigência da ditadura civil militar no Brasil e do início de um longo e penoso processo de transição política, ainda hoje inconclusa. Algumas das obras de memórias analisadas foram publicadas entre os anos de 1979 a 1989, representando um momento inicial de abertura política durante o governo do General Figueiredo, que provocou uma explosão de denúncias, polêmicas e rememorações dos fatos ocorridos durante as décadas anteriores e trazendo, ao seu final, o retorno a legalidade democrática com as eleições diretas para Presidente da República, 1989, tendo como palco as candidaturas Luís Inácio Lula da Silva versus Fernando Collor. Este recorte temporal é importante porque permite situá-las como um campo de representações divergentes, capazes de sustentar uma memória histórica daqueles anos, marcada por contradições, antagonismos e obscuridades.

Os militares e políticos civis aqui analisados demonstram certa mágoa e hostilidade em relação aos intelectuais, políticos de esquerda e demais opositores no que se refere à memória construída sobre eles após o seu longo exercício de poder. Observam que receberam apoio de parte da sociedade civil no momento de instauração e durante o regime militar, notadamente das classes médias. No entanto, para eles, vigora na mídia, nas universidades e nos escritos da “esquerda” a convicção de que os militares têm exclusiva responsabilidade sobre as violências cometidas no período, como tortura, mortes, desaparecimentos. Como exemplo da

responsabilidade que se imputa aos militares pode-se citar a participação de empresários importantes na estruturação do aparato repressivo de combate à “subversão” e que, até hoje, não sofreram tais ataques. Ou seja, em sua maioria não se tornaram alvos de denúncias, perseguições por parte dos familiares de desaparecidos políticos e demais militantes da esquerda armada. A literatura de denúncia, de cunho “esquerdizante” não elegeu este setor como seus interlocutores, culpabilizando os militares por todos os seus males.

Segundo eles, os escritos da “esquerda” impuseram uma “memória do vencido”, contando sua versão da história sem embasamento real e documental. Os militares são unânimes na condenação do Projeto Brasil Nunca Mais, que deu origem a algumas publicações e teses que denunciam com provas documentais a prática da tortura neste período. Consideram os relatos das vítimas de tortura falaciosos e provocativos, pois revelam apenas uma visão maniqueísta dos acontecimentos do período. Posteriormente, vão condenar também as orientações da Lei dos Desaparecidos de 1995, aprovada no governo Fernando Henrique Cardoso, que não contemplam as vítimas do “terrorismo”. Estes escritos da “esquerda”, para eles, não dialogam com as memórias dos militares, apenas os consideram algozes que utilizaram todos os meios (legais e ilegais) para conter a oposição ao regime. Portanto, nos diversos escritos de militares encontramos um ressentimento muito grande com a “história dos vencidos”, pois os militares entendem não merecer os resultados e acusações atribuídos por aqueles. Se houve equívocos e exageros na “guerra”, eles pensam poder partilhá-los com parcela da sociedade civil envolvida nas tramas do regime.

Alguns dos seus livros ousam ultrapassar o mero depoimento para adquirir estatuto de obras de história, pretendendo ser consagrada como a única verdade do período. Com o intuito de investigar as razões dos militares e civis golpistas na construção de versões sobre a história do período, buscou-se estudar a auto-imagem que tais agentes desenvolveram sobre si próprios, constituindo-se um passo essencial para a compreensão de ideologias e práticas políticas do período. A missão de salvação nacional sob sua direção é a ideia mais recorrente nos seus escritos, em especial, por acreditarem que possuíam “superior capacidade” para interpretar os problemas nacionais e do mundo e, por fim, “conspirar contra o tempo e comandar a História” (Falcão;1989:14). No entanto, ressaltamos também que as primeiras vítimas do regime foram militares legalistas e/ou nacionalistas. A repressão sofrida por este grupo militar ainda não foi suficientemente estudada, exceto por trabalhos recentes sobre a esquerda militar desenvolvidos no campo da ciência política.

Por outro lado, mesmo os conspiradores da “Revolução de 1964” seguiram projetos políticos bastante distintos com relação aos desdobramentos da “revolução” e lutou cada um a seu modo, pela conquista de hegemonia na esfera do poder. Os participantes ativos da “revolução” crêem na continuidade de uma determinação histórica viva em sucessivas gerações de militares que herdaram os princípios de 1930, atribuindo às Forças Armadas o dever de se opor, quando necessário, à corrupta política partidária dos civis. Nos seus relatos a “Revolução de 1964” não é vista como fato inusitado, fruto do acaso. Ao contrário, segue a tradição das inúmeras intervenções militares na vida republicana brasileira, tendo como finalidade salvaguardar as instituições democráticas. 1964, para este grupo, representa uma “revolução vitoriosa”, pois apesar dos erros e dos impasses teve como resultado um Brasil moderno e competitivo em nível internacional. Justificam o esforço de contribuir com o seu relato para que futuras gerações compreendam o propósito da “Revolução de 1964”, buscando preservar a memória dos seus feitos ao dialogar criticamente com a historiografia que denuncia os atos ilegítimos do regime. Deste modo, desejam contrapor obras de sua autoria com a literatura de cunho “esquerdizante” que, para eles, contaminaram a juventude inventando uma imagem dos militares e de sua obra como “maldita” e “cruel”.

Inicialmente, foi feito um levantamento das obras publicadas pelos militares sobre a “Revolução de 1964”. A maioria data de 1964 a 1999, totalizando 43 livros. Observamos uma grande concentração de publicações em torno de obras dos anos 1970 (16 obras) e 1990 (12 obras), totalizando 28 obras publicadas, sem se considerar vários discursos, depoimentos, artigos de jornais e palestras. Apesar de certa diversidade de enfoques e preocupações, percebemos que a ideia de revolução e o significado do 31 de março em oposição aos acontecimentos políticos do presente constituem a unidade temática fundamental subjacente às narrações e comentários. Também algumas denotam as lutas pelo poder no círculo militar, apresentando leituras bastante distintas de acordo com o vínculo estabelecido nos diferentes grupos que participaram dos vários governos de presidentes militares.

Estão nesta categoria diversas memórias publicadas por generais e políticos civis ligados ao período ditatorial. Como exemplo, podemos citar: depoimento de Ernesto Geisel (organizado por Maria Celina D’Araújo); os livros do general Hugo Abreu, *O outro Lado do Poder e Tempo de Crise* e do ex-Ministro da Justiça Armando Falcão, *Tudo a Declarar*, já destacados na nota anterior; dois livros do ex-Ministro do Trabalho Jarbas Passarinho, intitulado *Um híbrido fértil. Expressão e Cultura*, 1996 e *As intervenções dos militares* (resenha dos dois livros consta no jornal Correio Braziliense, São Paulo, abril/1977); o livro de Roberto Simonsen Campos, *A lanterna na popa*. (editora Topbooks, 1994) e os livros do general Adolpho João de Paula Couto. *Revolução de 1964: A Versão e o Fato*. Porto Alegre. Gente do Livro. 1999 e do coronel J.F. Maya Pedrosa. *A Grande Barreira: Os militares e a esquerda radical no Brasil (1930-1968)*. RJ. Biblioteca do Exército, 1998 a serem analisados nesse artigo.

Como exemplo podemos destacar também os livros do tenente Marcos Pollo Giordanni, *Brasil Sempre*, e do general Raymundo Negrão Torres *Nos “porões” da ditadura: fato que a esquerda finge ignorar e a falácia do militarismo no Brasil*. O livro do médico oficial do Exército Amílcar Lobo, *A hora do lobo, a hora do carneiro* e do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o Silêncio*. Sobre as ásperas apreciações do general Olímpio Mourão Filho, líder do movimento militar anti-Goulart em Minas Gerais, não poderíamos deixar de citar o seu livro autobiográfico *Memórias: a verdade de um revolucionário (1978)*, em que evidencia seus desentendimentos logo depois do golpe de 1964 com Castelo Branco e Costa e Silva.

Ainda, o livro do marechal M. Poppe de Figueiredo, *A Revolução de 1964: um depoimento para a história pátria (1970)*, em que relata momentos decisivos vividos no Rio Grande do Sul durante os idos de 1964. Apresentam em anexos, vários documentos transcritos e completa o texto com abordagem de temas como Desenvolvimento, Civilismo, Segurança Nacional, Pátria e Nacionalismo. Outro livro significativo, *A Revolução de 31 de Março – 2º Aniversário*. (1966), reúne vários editoriais do Jornal Correio da Manhã, Estado de Minas e Folha de São Paulo, publicados por militares e civis em defesa da “Revolução de 1964”.

Esses livros de autoria, especialmente de militares, apresentam uma narrativa da “Revolução de 1964” com o fito de superar os impasses das constantes crises de legitimidade que permearam os anos de vigência do regime autoritário. Os julgamentos que esses livros emitem têm por objetivo exorcizar a situação vivida no passado ou reafirmar a legitimidade do ideário da “revolução”. Existe uma variedade enorme de livros de memórias dos agentes do poder. Priorizamos aqueles que revelam o desempenho dos conspiradores na articulação do golpe de 64; o ideário “revolucionário” que orientou a atuação desses agentes; a defesa ou desencantamento com a obra da “Revolução de 1964”; a concepção de história e a pretensão de estarem contribuindo com uma historiografia que prima pela “verdade” através da “análise imparcial” dos acontecimentos. Os militares tecem considerações emotivas, afirmações patrióticas e apologia dos feitos gloriosos da “Revolução de 1964”. São narrativas pormenorizadas, destacando atuações individuais e a grande obra modernizadora realizada pelos governos autoritários. No seu conjunto, representam

memórias em disputa pela apropriação da história do período do ponto de vista do poder.

A maioria dos militares que escreveram sobre a “Revolução de 1964” pertence à oficialidade graduada das Forças Armadas. Alguns escreveram obras abrangentes com depoimentos mais analíticos e preocupação com o estilo narrativo. Diferenciando-se destes escritos, outros memorialistas enfatizaram o tema da repressão política. Esta predileção temática se justifica ao considerarmos que as ações repressivas dos governos militares foram estimuladas por grande parte dos oficiais do Exército, envolvendo principalmente os representantes da chamada “linha dura”. Ao relatarem as marchas e contramarchas no combate à “subversão”, acabam sempre por defender ações e pontos de vistas dos presidentes-militares enquanto “arquitetos” do ideário revolucionário. Apresentam posicionamentos ideológicos bastante definidos sobre o tema da tortura, considerando-a um instrumento para obter determinadas confissões e um mal menor diante dos métodos empregados pelos “terroristas”.

Não há uma homogeneidade com relação ao estilo e conteúdo das obras. Nos diversos livros de memórias é possível constatar algumas características comuns que aparecem entrelaçadas também em uma só obra. Algumas são mais descritivas, dedicando-se a rememorações dos momentos iniciais da “revolução” e desligando-se de um mínimo de visão de conjunto do processo revolucionário, ao passo que outras são mais “críticas” e “autocríticas”, apontando considerações mais agudas sobre o momento vivido e buscando explicações junto à historiografia. Por último, destacam-se as narrativas “emotivas” de autores que se propõem a relatar o seu envolvimento heróico na erradicação do comunismo em 1964, considerando-se, verdadeiros “heróis da pátria”. Entretanto, cabe salientar que estas características aparecem entrelaçadas, às vezes, em uma mesma obra. Alguns livros apresentam maior vigor interpretativo, não se reduzindo à percepção que os autores têm do momento vivido, privilegiando o “não envolvimento” do autor na narrativa.

Na verdade, perseguem a obsessão quase positivista pela “objetividade” dos fatos. Preocupam-se com definições conceituais e metodológicas do que seja registro, verdade, memória pública e acontecimento. Esses termos aparecem inúmeras vezes e são significativos de como os autores concebem a história. A noção de verdade histórica está centrada no EU possessivo: “a minha verdade”; “a verdade que conheço”. Estas afirmativas transformam os seus depoimentos em fonte fidedigna e neutra; retrato fiel dos acontecimentos que vivenciaram nos meandros do poder. Contudo, esta noção de verdade é relativizada em alguns casos, sugerindo que outros sujeitos podem fazer um livre juízo dos acontecimentos passados realizando outras leituras e outros julgamentos sobre a verdade dos fatos. No entanto, no conjunto das obras e na forma como estruturam a narrativa, não permite que sua verdade seja questionada, pois melhor do que ninguém, eles foram sujeitos ativos de alguns acontecimentos que retratam, e o que viram foi sob uma perspectiva de quem esteve por dentro do poder. Portanto, a questão da verdade é imperativa nos memorialistas que apoiaram a “revolução de 64” e presente na preocupação que demonstram com a confiabilidade dos seus relatos.

A ideia de estar dentro e não fora do poder é recorrente, sugerindo que o olhar sobre os acontecimentos é mais fidedigno quando narrado por quem percorreu os “bastidores” do poder. Esta maneira de pensar engloba também a convicção de que, ao revelarem para o público-leitor documentos inéditos, ou alguns segredos da política brasileira, estão contribuindo para que os historiadores, no futuro, escrevam a verdadeira história do período. Na narrativa, as palavras “nação” e “povo” são freqüentes, constituindo-se em categorias analíticas genéricas na construção do conhecimento histórico, próprias de uma concepção que engendra a historiografia oficial de estilo positivista. Esvazia-se o sentido da dinâmica histórica analisada na perspectiva das relações sociais. Eliminando essas diferenças, condensa os seus discursos numa visão homogênea do social. Em tempos e espaços diferenciados, os fatos apresentam grande semelhança entre si.

Assim, o sentido atribuído a história é o da veracidade dos fatos centrado na idéia de que a história, por definição, se repete. Esta forma particular de pensar o passado envolve uma concepção de tempo histórico que busca na origem dos fatos um sentido fatalista para a história. Assim, o componente ideológico busca convencer para homogeneizar um discurso capaz de justificar a “Revolução de 1964”, considerando até mesmo os seus desvios. Essas obras são do fim da hegemonia militar, refletindo (re)leituras dos acontecimentos passados a partir dos posicionamentos dos autores no presente.

Uma das inquietações que aparece como foco central dessas memórias é a questão do imediato sucesso da operação “golpe” e a não resistência por parte do governo Goulart e demais grupos de “esquerda”. A maioria das narrativas é alarmista no sentido de apontar para o risco do caos representado pela continuidade do governo Goulart. O Brasil corria o risco da “comunização”, tal a quantidade de greves e mobilizações que varriam o território. De acordo com os militares analisados, a inevitabilidade da “Revolução de 1964” se justifica frente à “revolução comunista” em curso. Esta idéia recorrente nos faz refletir que se haviam forças sociais tão poderosas a ponto de gerar pânico em parte da população, por que não houve reações à tomada de poder pelos militares em 1964? Para explicar esta questão da não resistência talvez possamos afirmar que a imagem construída pelos militares foi muito mais propagandística e desestabilizadora do regime, instaurando um clima que justificasse a necessidade do golpe e a preservação da sua memória a posteriori.¹

Seguindo este raciocínio, os militares também explicam a instauração do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, como uma manobra defensiva face ao recrudescimento da oposição armada, que articulava uma série de ações (assaltos/expropriações, sequestros e comícios relâmpagos). Ora, sabemos que houve repressão aos movimentos sociais e perseguições aos opositores logo no início do golpe. Portanto, não procede esta idéia que a preocupação com a estruturação e organização de um aparato repressivo vingou em função das ações dos grupos guerrilheiros. Na defensiva estavam os que optaram pela luta armada como única via possível na tentativa de derrotar a ditadura e instaurar o socialismo no país.

Marco Pollo Giordani, por exemplo, é um legítimo representante da “linha dura”, o que aproxima o seu perfil e o seu livro dos escritos do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e de tantos outros que escreveram sob este signo. Ambos criticam o presidente João Figueiredo e defendem Médici. O coronel Ustra critica Figueiredo pelo processo de anistia e abertura política, e o tenente Marco Pollo Giordani porque Figueiredo não havia permitido eleições diretas que favoreceriam o candidato do PDS, Aureliano Chaves, líder das pesquisas de opinião na época, e que, em sua opinião tinha grandes chances de vitória. Giordani depositava muita esperança no político civil, Paulo Maluf, como o maior líder da “direita” naquela época. O discurso narrativo do coronel Brilhante Ustra e do tenente Marco Pollo Giordani se situam numa visão polarizada

¹ Matéria divulgada na Folha de São Paulo em 16/03/2003 sob o título “*Jango tinha apoio popular ao ser deposto em 64, diz pesquisa Ibope*” revela que o Presidente João Goulart gozava de amplo apoio popular quando foi deposto. Esta pesquisa do Ibope não foi divulgada na época. Uma das pesquisas foi feita em três cidades paulistas, apontando que 15% dos ouvidos consideravam o governo Jango ótimo, 30% bom e 24% regular. Para 16%, o governo era ruim. Outra pesquisa do acervo do Ibope com eleitores de 8 capitais, entre os dias 9 e 26 de março de 1964, aponta que 49,8% dos pesquisados admitiam votar em Jango caso ele pudesse se candidatar à reeleição contra 41,8% que rejeitavam esta possibilidade. O acervo do Ibope está sendo catalogado no Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, segundo informação do jornal. A matéria apresenta opiniões da historiadora Zilda Márcia Iokoi, da USP que afirmou que a popularidade de Jango tinha sido um dos aspectos decisivos para sua deposição. Para Maria Celina D’ Araújo, da FGV/RJ, as pesquisas são relevantes porque reforçam a tese “*de que o golpe de 64 foi um movimento anticomunista e não contra o governo Goulart*”. O ex-senador Jarbas Passarinho também foi ouvido pela reportagem, afirmando que não estranha a popularidade de Jango às vésperas do 31 de março de 64, pois desde a década de 50, quando tinha ocupado o Ministério do Trabalho, este tinha adotado medidas populistas, mantendo o seu carisma entre as classes mais pobres.

daqueles tempos, na luta entre o bem e o mal, em oposições e exageros que não admitem a possibilidade de diálogo com a historiografia acadêmica e com o memorialismo que denunciou as agruras da repressão.

Torna-se evidente que o médico e ex-militar, Amílcar Lobo, se distancia dos ideais da “revolução de 64”, ao condenar os crimes de torturas praticadas por alguns militares. No entanto, a sua admiração pelo General Sylvio Frota demonstra que era simpatizante de um grupo político na esfera do poder. Grupo este que foi derrotado no processo sucessório em 1979, envolvendo as candidaturas do general Euler Bentes Monteiro versus Figueiredo. Neste aspecto, o seu relato aproxima-se das características dos livros de Hugo Abreu. Ambos apoiaram um grupo político que foi derrotado no âmbito da política institucional. No entanto, para Amílcar Lobo, o significado desta derrota é assimilado do ponto de vista pessoal. Contrariando esta lógica, Hugo Abreu atribui à derrota dos projetos originais da “revolução de 64” um caráter político e não pessoal. A manifestação de derrota é superada, ao delinear novos projetos para o Brasil e ao aderir ao grupo político do MDB, no momento presente em que escreve as suas memórias.

O relato de Carlos Alberto B. Ustra e do tenente Marco Pollo Giordani aproximam-se das memórias de Armando Falcão, quando assume a defesa incondicional da “revolução de 64”. Todos eles não abandonaram a causa que aderiram a partir de 64. Continuando a defender, no presente, os projetos constitutivos da “revolução de 64”, Ustra, mesmo com todas as acusações que a imprensa divulga sobre a sua pessoa, não abandona a certeza de que contribuiu para extirpar o comunismo e restabelecer a democracia. No confronto, diz o tenente Marco P. Giordani, hoje, os militares são malvistas, chamados de torturadores e facínoras e os “terroristas” idolatrados como heróis, patriotas, líderes e salvadores.²

Armando Falcão e Hugo Abreu elaboraram distintas leituras (e releituras) do período do governo Geisel. Carlos Alberto B. Ustra, Amílcar Lobo e o tenente Marco Pollo Giordani escrevem sobre a experiência vivida numa mesma conjuntura política, caracterizada pelos anos de repressão do governo Médici e Geisel. No caso de Ustra e Lobo, o que os motivam a rememorar o passado é se livrar das acusações de agentes da tortura no país. Negam qualquer envolvimento com estes crimes. Ustra acusa a esquerda de praticar tais atos, transferindo a culpa que caberia aos militares. Amílcar Lobo condena tanto a esquerda armada que levou o país a um processo de radicalização, bem como alguns militares que cometeram exageros no combate à guerrilha. Enquanto que Ustra se vangloria da sua trajetória pessoal, Amílcar Lobo se destaca como um homem arrependido por ter sido envolvido em tais crimes. Busca, assim, através do seu relato, exorcizar situações vividas no passado. Giordani, por sua vez, não se coloca como um agente da repressão que foi perseguido, mas sim como membro das Forças Armada que tem o dever de defendê-las e contribuir com sua versão contra abusos de versões contidas no livro *Brasil Nunca Mais*.

A tortura aparece como temática recorrente nessas memórias, sendo que ao minimizarem o seu impacto e danos na estrutura militar, estão preocupados, na verdade, de formar uma opinião

² Vale lembrar que o Coronel Carlos Brilhante Ustra, já falecido, foi homenageado pelo deputado federal Jair Bolsonaro durante a votação do impeachment de ex-presidente Dilma Rousseff em 2016. De lá para cá, o candidato de extrema direita nas eleições presidenciais de 2018, Jair Bolsonaro, tem feito apologia da tortura. Ressalve-se que Ustra foi torturador da ex-guerrilheira Dilma Rousseff na época do enfrentamento armado contra o regime. Depôs na Comissão Nacional da Verdade, finalizada em 2014, negando todos os seus crimes. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra comandou o DOI-CODI de São Paulo no período de 1970-1974. Em seguida, chefiou a Seção de Operações do Centro de Informações do Exército (CIE), entre os anos de 1974 a 1977. Conhecido como “Major Tibiriçá”, o coronel já foi reconhecido como torturador da ditadura pela justiça comum de São Paulo e foi acusado de ser o responsável por cerca de 50 mortes e centenas de casos de tortura que teriam ocorrido nas dependências do DOI-CODI sob o seu comando. Em 2008, foi alvo de um processo judicial que o acusou da morte do jornalista Luiz Eduardo Merlino. O processo foi extinto pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Ustra escreveu o livro *Rompendo o Silêncio*, em 1987 e dezenove anos depois, publicou o seu segundo livro de memórias *A Verdade Sufocada* (2006).

pública a seu favor. Se houve tortura neste período da história brasileira, afirmam os memorialistas, foi pela necessidade do combate à ‘subversão’. Para estes memorialistas, a tortura foi decorrência de um estado de guerra e os exageros cometidos foram de responsabilidade dos órgãos de repressão que tinham autonomia na condução das operações e nos interrogatórios dos presos. Portanto, a tortura foi consequência direta da criação de um aparelho de segurança que passou dos limites estabelecidos por uma política decidida nas mais altas esferas do aparelho de Estado. Ao reconhecerem a existência de torturados, não citam nenhum torturador ou mandante de tortura. Tampouco reconhecem que eles próprios presenciaram ou participaram dos interrogatórios. Os militares são quase unânimes em afirmar que a tortura foi decorrente do processo de radicalização das esquerdas, responsável por criar um clima de violência que poderia caracterizar excessos de ambos os lados. A “memória dos vencidos” exageraria nas críticas e na denúncia da tortura sistemática.

O ex-Ministro da Justiça Armando Falcão não fala diretamente em tortura, mas reconhece que pós-AI-5 houve um agravamento do autoritarismo governamental mediante o acirramento da luta armada. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra conta minúcias das operações que comandou no DOI-CODI/IIExército na captura de militantes políticos. Almicar Lobo coloca-se como vítima do sistema, pois foi obrigado a avaliar as condições dos presos políticos sob tortura, discordando de tal prática. Giordani diz claramente que a tortura foi um mal necessário, os meios justificando os fins no combate a “subversão”.

Acompanhados de bom senso, todos eles negam qualquer envolvimento com as “coisas do porão”. Assim sendo, admite o uso dos métodos da tortura por parte dos órgãos repressivos que tiveram total autonomia no combate à “subversão”. Portanto, isentam tanto a Alta hierarquia do Comando das Forças Armadas, como os governos que se sucederam de qualquer responsabilidade com esta prática considerada crime contra a humanidade.

A tortura sistemática de presos enquanto um acontecimento histórico fartamente comprovado é colocado no campo das possibilidades e justificada em casos especiais para eliminar o “mal maior” – o comunismo. Recentemente, o cientista político José Roberto Martins Filho, em artigo *A Memória Militar sobre a Tortura*³, analisa o depoimento do ex-presidente Ernesto Geisel no que se refere ao seu posicionamento sobre a mais tenebrosa das políticas de segurança da ditadura militar: “(...) sem reconhecê-la plenamente, Geisel justificou a tortura. Ao fazê-lo, isolou-se de um número já razoável de altos oficiais das Forças Armadas que não hesitariam em repudiá-la do ponto de vista da ética militar, geral e humana” (2002:110). Depoimentos de vários chefes militares e oficiais de várias patentes confirmam a existência da tortura como fato histórico neste período.

Numa visão atenuada do processo, constatamos na pesquisa que o reconhecimento da tortura nos depoimentos dos militares e políticos civis está vinculado a ideia de que as violências ocorreram tanto por parte do aparelho repressivo como pelos militantes de esquerda, sendo que existem versões mais diretas e contundentes de oficiais que participaram diretamente do processo. Os testemunhos analisados neste trabalho admitem o desgaste sofrido pela instituição militar ao assumir funções de polícia, embora alguns deles são mais radicais em suas críticas, afirmando que a tortura só pode ser colocada em prática à sombra das ditaduras.

Para José Roberto M. Filho a questão é bem mais complexa, pois é de conhecimento geral que a tortura só pode ser executada com rigor e método e em condições muito especiais: “por funcionários especialmente treinados ou habilitados que atuavam no interior de instalações do

³ O autor formula suas reflexões a partir de análise do depoimento do General Geisel publicado com o título *Ernesto Geisel*, (1997), em que este admite a prática da tortura no regime militar. Ainda, completa sua análise depoimentos de 39 militares editados por Hélio Contreiras no livro *Militares – confissões, Histórias secretas do Brasil*. (1998).

poder público, preparadas para esse fim e com o amparo de um quadro especial de burocratas, que processava as informações vindas dos porões e as devolvia em forma de diretrizes aos encarregados de novos raids repressivos” (2002:110). Entender o comportamento do torturador ajuda a compreender que o silêncio é sua principal arma, pois esse tipo de sevícia é quase sempre inconfessável: “Quem torturou não fala das torturas a amigos e familiares, nem se vangloria diretamente disso em entrevistas a professores e jornalistas. Na sua solidão, os torturadores falam apenas com os próprios fantasmas, seus companheiros eternos de trevas. Resta esperar que, no seu mundo de sombras, jamais descansem em paz” (2002:115).

Os livros dos militares aqui analisados revelam esta encruzilhada de se falar de forma distante e estranha de um tema que se conhece intimamente. O Ministro da Justiça Armando Falcão e o General Hugo Abreu se preocupam em defender a instituição a que serviram e procuram se afastar da “ética” dos torturadores. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e o tenente Marco P. Giordani são mais afoitos, escancarando os detalhes dos interrogatórios, mas negando o envolvimento deles em tais práticas. Relatam as minúcias e o funcionamento dos órgãos de repressão, especialmente os DOI-CODIs. Com sarcasmos, admitem a tortura como única possibilidade de vencer a “guerra” contra a subversão. O médico Almícar Lobo coloca-se como vítima tanto da esquerda como da direita, foi um mero cumpridor de ordens vindas de cima, arriscou a sua carreira, sofreu sérias ameaças ao atender presos políticos torturados. Na verdade, o médico era responsável por medir o grau de tolerância da vítima submetida ao sadismo reinante.

As memórias de Geisel já atestaram a necessidade do emprego da tortura no contexto de radicalização da luta armada, contudo deveria ser feita de maneira clandestina, sem grandes alardes. Estima-se em cinquenta mil o número de pessoas que tiveram a experiência traumática de passagem pelos “porões”; aproximadamente vinte mil foram torturadas. Destes, cerca de 700 processos tramitaram na Justiça Militar, revelando onze mil indiciados e oito mil acusados, resultando alguns milhares de condenações. O preço a ser pago pelas esquerdas e pela sociedade como um todo foi alto demais para ser relegada ao esquecimento.

Os militares decretaram o fim do regime em 1985, preservando a memória dos seus feitos. Deixaram o saldo de uma modernização conservadora que permitiria aos “espíritos menos críticos” manterem a nostalgia dos tempos do regime que havia oferecido maiores chances de emprego e de consumo. Esta memória preservada com o final da ditadura seria proveniente da própria característica intrínseca do ditadura civil-militar brasileira de conservar certa ambiguidade frente ao poder. Ou seja, os militares teriam oscilado durante todo o período entre ações “democráticas” e autoritárias. Portanto, isso explicaria o menor número de mortos, desaparecidos, presos e exilados no Brasil quando comparado a outras ditaduras latino-americanas do mesmo período. Admitir esta hipótese interpretativa da história do período não implica na crença de que a nossa ditadura foi mais branda do que as outras, principalmente quando se estipula o grau e o caráter das violências empregadas na Argentina e no Chile, tidos como maiores exemplos de traumas humanos recentes da América Latina, ainda hoje não superados.

Comparando-se as cifras de mortos e desaparecidos e o resultado final dos processos ditatoriais, a nossa representa um menor número com aproximadamente 3500 atingidos diretamente contra 30.000 da Argentina. Enquanto a Argentina tem enfrentado julgamentos e punições de militares envolvidos em casos de tortura, os nossos continuam “incólumes” com pouquíssimos avanços no campo dos direitos humanos. Portanto, a memória dos militares na Argentina seria uma “memória destroçada” pelo grau de violência que se impôs. A nosso ver, as razões que delineiam estas diferenças estão enraizadas nas características sociais e políticas de cada povo e não, simplesmente, nos aspectos quantitativos de tal violência. Talvez o que explique o maior grau de

violência em países como a Argentina e Chile seja uma maior resistência da sociedade, revelando mais politização e organização. A tradição conservadora e conciliadora da sociedade brasileira permitiu que a grande maioria da população apoiasse o golpe de 1964, bem como os arranjos entre os diferentes setores sociais permitiram o processo de transição em 1985. Também se sabe que o momento de maior recrudescimento do regime (1968-1974) foi o período de maior resistência organizada da sociedade e de maior enfrentamento com o poder.

Portanto, estas razões são muito mais profundas do que simplesmente considerar a existência de uma ambiguidade inerente ao regime militar brasileiro ou, simplesmente, insistir no argumento das taxas de violências empregadas pelos militares para explicar a nossa especificidade. A bem dizer, esta posição implica numa opção teórica e política acerca do período fundamentada em tempos de conciliação. Ao descartar o conceito de ditadura, seguido dos termos civil e militar, alguns estudiosos optam pelo conceito de autoritarismo em oposição ao de democracia consubstanciando a tese da ambiguidade como perspectiva teórico-metodológico de suas pesquisas.

Fernando Henrique Cardoso, em seu livro *Autoritarismo e Democracia* (1975), foi o precursor dessa tese da ambiguidade, justificando que a ditadura militar não era fascista ou totalitária, mas um “regime autoritário” que favoreceu o crescimento econômico e a modernização do país. Essa análise de Fernando Henrique Cardoso surpreendeu as esquerdas, no dizer de José Carlos Reis: “pelo que era considerada uma concessão, uma brandura, com relação ao “fascismo” instalado no poder” (1999:238). Alguns historiadores e cientistas sociais ao adotarem o conceito de “autoritarismo” de Fernando Henrique Cardoso na tentativa de explicar a natureza do regime, acabam optando pela tese da ambiguidade como sua principal marca. Deste modo, suas interpretações coincidem, em parte, com a leitura feita pelos militares acerca do processo “pacífico”, de “abertura política”, entendido como concessão e controle, momento em que foram devolvidas, de modo, as liberdades democráticas à população. Tal interpretação tende a homogeneizar as memórias dos militares, políticos civis ou simplesmente desconsiderá-las.

Sabemos pelo estudo que empreendemos que existem distintas maneiras de se pensar a “transição” nos meios militares. Para muitos militares, que defendiam o fim do regime em 1975, a “abertura política” foi equivocada. Outros insistiam na permanência do regime após 1985 na tentativa de consolidar as reformas necessárias e completar os ideais “pré-revolucionários”. O tenente Marco P. Giordanni, por exemplo, considera que a anistia foi um grande erro político do governo Figueiredo, bem como o impedimento das diretas em 1985, que garantiria a vitória do candidato à Presidência da República do PDS, Paulo Maluf. O general Hugo Abreu afirma que a abertura foi “desastrada” e “infeliz”, pois Geisel ao escolher Figueiredo como seu sucessor permitiu que o processo de abertura estimulasse as forças revanchistas de esquerda. A maioria deles concorda que o governo Figueiredo permitiu que se ampliasse muito a “contestação” e a “subversão” durante a abertura política. Contudo, não custa lembrar de que todos os governos militares se inauguraram sob o signo da “abertura”. Portanto, tinha sido a radicalização da oposição ao regime que prolongara a permanência dos militares no poder. Para Ministro Armando Falcão o período autoritário finaliza em 1975, momento em que o governo vence a guerrilha urbana e rural. Alguns deles defendem hoje o retorno dos militares à caserna, dando mais atenção ao profissionalismo militar e respeitando cada vez mais as liberdades civis. Em suma, de forma nenhuma é consenso a questão da “transição” entre os militares. Nos discursos públicos de alguns dirigentes se fala do regime como dotado de caráter democrático desde o seu início, justificando-se que este se prolongou no poder até 1985, exclusivamente pela necessidade e vicissitudes da luta contra a “subversão” e a “corrupção”.

Contudo, outros discursos dos militares parecem confirmar a tese da ambiguidade, presente na historiografia acadêmica para explicar a especificidade da última ditadura brasileira frente a outros

regimes ditatoriais latino-americanos. Para eles, os mecanismos e práticas dos governos militares oscilaram entre democracia e autoritarismo permitindo uma maior margem de manobra com o propósito de permanecer por mais tempo no poder. No entanto, salientamos que a preocupação com a democracia aparece muito no plano discursivo enquanto arcabouço ideológico em busca de legitimidade. Nas práticas políticas e repressivas dos militares encarregadas do cerceamento das liberdades e do emprego da tortura, verificam-se as crueldades próprias das formas ditatoriais de poder. A concepção de democracia dos militares também é autoritária. Democracia é sinônimo de responsabilidade, honestidade, ordem, progresso e luta contra a subversão. Enfim, defendem uma democracia dita liberal contra o que denominaram de autoritarismo dos regimes comunistas.

Embora existisse uma relativa ambiguidade no plano discursivo e na manutenção de algumas prerrogativas constitucionais, no geral os militares estavam bem cientes do seu projeto de dominação. Portanto, não é a ambiguidade que caracteriza o discurso e as ações do regime, mas a luta, o conflito entre o “bem” e o “mal”, “direita” e “esquerda” que tenciona tanto os escritos memorialísticos como os estudos acerca do período ditatorial. A palavra democracia sempre é empregada em oposição ao comunismo, evidenciando memórias em disputa e não consensuais.

Portanto, o argumento de que os governos militares mantiveram em alguns momentos uma preocupação aparente com o aspecto legal do regime, produzindo leis (Lei de Segurança Nacional) que procuravam encobrir a ilegalidade do aparato repressivo, não pode resultar na definição da ambiguidade como imanente ao próprio regime. Os militares afirmam terem feito a “revolução” para salvar a democracia, porém, em nome dessa salvação, fecha-se o Congresso, cassam-se mandatos, aposentam-se e demitem-se funcionários públicos, institui-se a censura à imprensa, não se respeitam os direitos individuais inscritos na Constituição, legisla-se por decretos, retiram-se as garantias de inamovibilidade e vitaliciedade da magistratura. Castello Branco afirma que a democracia supõe liberdade com responsabilidade, podendo ser alterados os aspectos secundários, a saber: cassações, censura, prisões, exílios entre outros que em nada modificam a vontade da nação. Em suma, diríamos tal como Marilena Chauí que na democracia “ninguém pode identificar-se com o próprio poder”, ao passo que na tirania “o detentor do poder (um homem, um grupo, uma classe) se identifica como o próprio poder” (1980:98).

Ao lado destas observações, acreditamos muito mais no processo de luta entre dominação e resistência que levou ao acirramento dos conflitos nos anos mais duros da ditadura civil militar de que na tese da ambiguidade. As memórias de militares e políticos civis somados aos inúmeros depoimentos de militantes publicados a partir do final dos anos 70, bem como os documentos acumulados em acervos de aparatos repressivos (DEOPS/SP) e nos processos tramitados na Justiça Militar entre 1964-1979 (Projeto BNM) demonstram que houve uma construção de estratégias tanto pela dominação (crescimento e estruturação do aparato repressivo) como por parte da resistência (sofisticadas estratégias para organização e preparação das guerrilhas que almejavam pôr fim ao regime). Assim, a produção memorialística do período só pode ser entendida a partir do processo de enfrentamento de ambas as forças, constituídas e constituintes de consensos e dissensos produzidos por nossa sociedade que continuam em disputa no tempo presente.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Hugo. *O Outro do Poder*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1979.

- ABREU, Hugo. *Tempo em Crise*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- AGUIAR, Hernani D'. *A Revolução por dentro*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.
- BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. *Entrevistas: 1964-1965*. RJ: Departamento de Imprensa Nacional, 1966.
- CARDOSO, Fernando H. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Lucileide Costa. *CRIAÇÕES DA MEMÓRIA: Defensores e Críticos da Ditadura (1964-1985)*. 1. ed., Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2012. v. 1. 248p.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Cultura e Democracia: o Discurso Competente e Outras Falas*. São Paulo: Moderna, 1980.
- COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999. 328p.
- COUTO, Adolpho João de Paula. *O Desafio da Subversão*. Porto Alegre: 1989?
- FALCÃO, Armando. *Tudo a Declarar*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1989.
- _____. *Ernesto Geisel* (biografia). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 198 (?).
- FIGUEIREDO, Marechal M. Poppe de. *A Revolução de 1964: um depoimento para história pátria*. Rio de Janeiro: APEC Editora S/A, 1970.
- GIODARNO, Marco Pollo. *Brasil Sempre*. Porto Alegre: Tchê, 1986.
- LOBO, Amílcar. *A hora do lobo, a hora do carneiro*. São Paulo: Ed. Vozes, 1989.
- MARTINS FILHO, João Roberto. “A Memória Militar sobre a Tortura” IN: *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou impunidade?* Janaína Teles (Org.). 2ª ed.. São Paulo: Humanitas – FFLCH/USP, 2001. P. 109 a 115.
- MARTINS FILHO, João Roberto. “A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares”. *Varia História*. UFMG, nº 28, dez. 2002, pp. 01-18.
- MATOS, Gen. Meira. (Coordenação). *Castelo Branco e a Revolução*. RJ: Biblioteca do Exército Editora. Col. Gen. Benício, 1994. 204p.
- MOURÃO FILHO, General Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. P. Alegre, RS: L&PM Editores, 1978.
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- PEDROSA, J. F. Maya. *A Grande Barreira: Os militares e a esquerda radical no Brasil (1930-1968)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Vanbagen a FHC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- ROUQUIÉ, Alain. (Coord.) *Os Partidos Militares no Brasil*. RJ: Editora Record, 1980.
- _____. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- TORRES, Raymundo Negrão. *Nos porões da ditadura: fatos que a esquerda finge ignorar e a falácia do militarismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1998.
- SILVA, Gal. Golbery de Couto e. *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. RJ: José Olympio, 1981
- STEPAN, Alfred. *Os militares na Política: As Mudanças de Padrões na Vida Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1975.
- _____. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. RJ: Paz e Terra, 1987.
- _____. “As Prerrogativas Militares nos regimes Pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha” IN: STEPAN. A. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1988.
- USTRA, Carlos Alberto Brillhante. *Rompendo o Silêncio*. Brasília: Editorial, 1987.